



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

520 anos das Capitanias Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

Março

Nº 448

DOCUMENTO LEEEX (LEALDADE AO EXÉRCITO)

Este documento, redigido pelos generais Castello Branco e Ulhôa Cintra e distribuído no âmbito do Exército Brasileiro nos últimos dias de fevereiro ou nos primeiros de março de 1964 era secreto e direcionado a oficiais da mais absoluta confiança. Tinha o objetivo de qualificar seus autores, posto que estes não podiam assiná-lo, inicialmente. Seriam conhecidos depois. Foi revisado pelo General Cordeiro de Farias. Seu conteúdo apresenta, além da situação política da época, propostas e procedimentos em relação ao governo João Goulart. O LeEx foi elaborado por generais de alto espírito democrático, isentos de qualquer vinculação partidária e/ou ideologias de extrema direita ou de extrema esquerda. Os autores ocupavam altos postos tanto na hierarquia como funcionais. Toda esta qualificação proporcionou segurança aos oficiais que o receberam, leram e aderiram. Portanto, os responsáveis pelo texto marcaram legitimamente suas posições no sentido que, “diante da situação grave em que se debate o País, tomaram a resolução de coordenar os anseios e esforços que vêm sendo observados em vastas áreas das Fôrças Armadas” (Mendonça, 2007, p. 181).

Depoimento do General Antônio Carlos da Silva Muricy na História Oral do Exército, tomo 14, pág. 38/39.

“Nessa altura, já estávamos convencidos de que teríamos de sair da atividade ofensiva, antes que pudéssemos ser surpreendidos pelo golpe que o Governo iria dar. E começávamos então a nos articular para a luta, agora já abertamente. Viajava-se para cá, viajava-se para lá, mandava-se emissários. Redigiu-se o documento ‘LeEx’ (Lealdade ao Exército), que foi formulado basicamente pelo General Cintra, levado ao Cordeiro, depois ao

Castello, e foi batido à máquina pelo Superintendente da Cruzeiro do Sul, o Ribeiro Dantas. Esse documento que foi espalhado pelo Brasil inteiro informou muitos militares sobre o nosso movimento.

Depois da Revolução, a um oficial vindo do Sul, que encontrei no Rio, o Coronel Léo Etchegoyen, perguntei: 'Como é, Léo? O Rio Grande estava tão difícil...' 'Ah, o documento LeEx nos esclareceu muito e fez com que pudéssemos ganhar muitos elementos para o nosso lado' (General de Exército Antonio Carlos da Silva Muricy, Tomo 14, pg. 38-39).

Documento "Lealdade ao Exército"

Este documento deverá ser entregue, em cada um dos Grupos de Tropa, a um só oficial, da mais absoluta confiança.

Primeira parte

Prezado Camarada,

1 – Grande número de oficiais das Forças Armadas, constituído de militares de formação e convicções rigorosamente democráticas, isentos de quaisquer vinculações político-partidárias, equidistantes de extremismos de direita ou de esquerda, inteiramente dedicados aos afazeres profissionais e de comprovada experiência, alguns dos quais em elevados postos de hierarquia, diante da situação grave em que se debate o país, tomaram a resolução de coordenar os anseios e esforços que vem sendo observados em vastas áreas das Forças Armadas.

Esse grande número de militares, com propósito de salvaguardar as instituições democráticas, defender as tradições cristãs do nosso povo e fazer respeitar os postulados fundamentais da Constituição livremente debatida, estruturada e promulgada em 1946 pelos legítimos representantes do Povo Brasileiro, decidiu agir para que possam ser evitadas ações e manifestações parciais e isoladas, que só viriam favorecer a minoria ativa e atrevida que procura agitar a nação em busca de uma oportunidade para a implantação de um regime político de feição nitidamente comunista.

O falso "nacionalismo" apregoado pelos agitadores não chega a encobrir a base marxista-leninista em que se apoiam suas convicções impregnadas do bafio que de longe denuncia o materialismo dialético. Lembremo-nos de que só depois de consumada a traição de Cuba e de miseravelmente abatidos os que se deixaram iludir, só depois de virtualmente extintas quaisquer possibilidades de reação, proclamou o ditador cubano o sentido marxista-leninista da revolução que encabeçara. A dissimulação e a traição são as armas preferidas pelos criptocomunistas.

2 – Antes de mais nada é essencial deixar bem claro que não é nosso intuito tramar a destituição do atual governo, nem substituí-lo por um regime de força extraconstitucional. O desejo que nos anima é o do mais absoluto respeito à Ordem, à Constituição e às liberdades nela consubstanciadas. Desejamos que os atuais dirigentes cheguem ao termo do mandato sem a conspurcação do regime democrático-representativo, sem a amputação das linhas mestras que caracterizam a forma de governo profundamente enraizada na índole e nas tradições do Brasil.

Propugnamos, como é de nosso dever, pelo respeito ao livre exercício dos Poderes Constitucionais que compõem a estrutura do regime, sem quebra das atribuições, deveres e prerrogativas que lhe são inerentes. Somos uma Força ao serviço da Pátria e temos bem presente as imposições contidas na letra e no espírito dos artigos 176 e 177 da Constituição Federal, que fixam a obediência das Forças Armadas ao Presidente da República, dentro, porém, dos limites da Lei, que expressamente determina:

"Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria, os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem"
(Art. 177 da Constituição da República).

E os Poderes Constitucionais, além do Executivo, compreendem também o Legislativo e o Judiciário. Não somos, pois, uma força inconsciente a serviço de minorias políticas esquerdistas que transitoriamente e por sucessos imprevistos se tenham infiltrado em um dos Poderes e acobertadas por ardis e facilidades

que lhes proporcionam um falso e elástico exercício desse Poder, pretendam subverter o regime social livremente escolhido e adotado pelo Povo Brasileiro, para substituí-lo por um outro de feição comunista, sindicalista, síndico-comunista, castrista ou “nacionalista”.

O papel das Forças Armadas é o de assegurar os Poderes Constituídos dentro dos limites da Lei, e o pleno funcionamento das regras constitucionais que, com o jogo de pesos e contrapesos, regulam a independência e a harmonia entre os Poderes. É indispensável que a estrutura política da Nação funcione em toda a plenitude, máxime nos momentos de crise em que se faz mister assegurar as liberdades democráticas e as tradições cristãs do nosso Povo.

E o próprio texto da Constituição consubstancia as medidas que em tais circunstâncias devem ser postas em prática. Todos desejamos que o atual governo cumpra o seu mandato com o maior respeito às Leis, às Liberdades democráticas e à autonomia dos Estados. Todos desejamos que as eleições se processem livremente nos prazos estipulados e que os novos mandatários de cargos eletivos sejam empossados na mais rigorosa forma da Lei.

3 – O que há, porém, na consciência de todos os militares de formação democrática é o justificado receio de que certos setores governamentais, através de fraudulento e astucioso exercício de prerrogativas, venham por fim destruir a ordem social e a democracia representativa, de profundas raízes na vida brasileira. E não se diga que se trata de receios infundados. As manobras que vêm sendo postas em prática, sem quaisquer escrúpulos, deixam a Nação atônita, estarrecida e angustiada. A agitação dirigida das massas operárias dos centros urbanos e meios rurais com o propósito de arregimentá-las, aliciá-las, excitá-las e conduzi-las a seu bel-prazer; as ameaças aos Poderes Legislativo e Judiciário, com o fim de torná-los dóceis aos seus desígnios, a pregação aberta de soluções revolucionárias, através da imprensa, do rádio e da televisão, por políticos de notórias vinculações extremistas, que chegam mesmo a prescrever minúcias de organização de forças sediciosas e recomendar as formas de luta a empreender; a omissão sistemática das autoridades responsáveis pela preservação da ordem social e do regime; a constante ameaça de intervenção em alguns Estados, cujos Executivos constituem entraves ao processo de bolchevização do país; a tentativa de denegrir e empenhar a força militar na execução de missões ilegais e criminosas; o estímulo à baderna e à rebelião de inferiores e o ulterior procedimento de certas autoridades visando a tolher a ação do Poder Judiciário; o prêmio imediato aos que tiveram a fraqueza de vencer as últimas resistências morais e perpetrar os atos que lhes foram propostos ou insinuados; a subversão dos valores profissionais e morais, que mais se evidencia por ocasião das promoções e classificações; o ambiente de terror e de pânico que se procura semear no país com o desencadeamento de ilegais e generalizadas greves políticas, associadas à sonegação de alimentos e paralisação de serviços públicos essenciais; todos esses fatos estão bem vivos na consciência da Nação e dispensam digressões elucidativas.

O que há na consciência de todos é a repulsa à política do empreguismo e corrupção, aos desmandos da administração e à malversação dos fundos públicos que, só nas negociatas de café, ampla e recentemente divulgadas, atingem cifras astronômicas.

O que há no íntimo de todos é o repúdio à entrega da gigantesca empresa estatal de petróleo aos comunistas, que a transformaram num monstruoso reduto de pregação revolucionária a cujos escândalos, de proporções inauditas, deixam o país estarrecido, numa antevisão da capacidade destruidora e da falta de escrúpulos dos que pretendem assaltar o Poder.

O que as Forças Armadas sentem é o sorrateiro processo de desmoralização em que vêm sendo mergulhadas, já por efeito da afrontosa organização síndico-comunista – que até por autoridade de responsabilidade é cognominada de “V Exército” – já em virtude de demagógica anarquia salarial que, com o sacrifício de muitos, elege novas e privilegiadas classes sociais, já pelas ditas condições de vida que decorrem da galopante inflação e dos insuficientes reajustamentos de soldo, que acabaram por impor aos militares toda a sorte de privações e vexames.

O que as Forças Armadas repelem é o processo de decomposição a que vêm sendo submetidas com a conivência de maus brasileiros, que se sobrepõem aos interesses da Nação e das instituições a que pertencem em troca da satisfação de interesses exclusivamente pessoais. O que as Forças Armadas não

aceitam é o jogo que se tenta pôr em prática para lançar a cizânia entre os seus componentes, solapar-lhes a disciplina, destruir-lhes a eficiência, aniquilá-las e, por fim, substituí-las por um arremedo de exército vermelho ou de milícia cubana.

4 – Soldados verdadeiramente democratas, estamos vivamente empenhados numa vigorosa ação de vigilância e determinados a reprimir, com sacrifício da própria vida, quaisquer tentativas de implantação de um regime de força no país: comunista, síndico-comunista, castrista, “nacionalista” ou fascistoide.

Com essa finalidade e para que possa haver uma ação conjunta e eficiente que nos assegure unidade de vistas e comunhão de esforços, procuramos agora ultimar criterioso levantamento dos meios com que poderemos contar na hora decisiva, se e tanto nos conduzirem as ambições, a concupiscência de outros, a insensatez e a irresponsabilidade de muitos.

Ao prezado camarada, cujas convicções democráticas são bem conhecidas, assim como os ideais e traços de ilibado caráter, a par da certeza de suas atitudes criteriosas, discretas e viris, pedimos a preciosa colaboração no sentido de nos auxiliar nessa reunião e (na) articulação dos meios de que dispomos para enfrentar o processo revolucionário com que nos ameaçam.

Na discrição, na habilidade e no senso de responsabilidade do prezado camarada repousa uma parcela do êxito de nosso empreendimento. Agora, mais do que nunca, a Nação tem necessidade de um corpo de oficiais do mais alto padrão moral, de espírito forte e decidido, cômnicos das responsabilidades que o atual momento lhes faz pesar sobre os ombros.

Da compreensão do perigo que se avizinha e da ação viril de seus oficiais dependerá o futuro dos nossos filhos, os destinos da nossa pátria.

A Nação angustiada tem certeza de que o Exército cumprirá honradamente o seu dever.

Segunda Parte

O presente documento é para uso exclusivo do entrevistador, que poderá, entretanto, por solicitação do entrevistado, proporcionar-lhe a colheita de dados sob a forma de anotações pessoais de próprio punho. Deverá ser lido e comentado na ocasião da entrevista.

1 – Para evitar distorção ou errôneas interpretações do conteúdo deste documento, pedimos ao distinto camarada a devida cautela e a indispensável discrição que o trato do assunto está a exigir. Solicitamos que dele retire, de próprio punho, as anotações que se tornarem necessárias para a posterior troca de ideias com alguns camaradas da mais absoluta confiança, de tal sorte que lhe seja possível, em curto prazo, proporcionar-nos uma ideia de conjunto do ambiente militar em que convive e das possibilidades da unidade em que serve.

Entre outros dados que lhe possam ocorrer como úteis, oportunos e objetivos, solicitamos que nos esclareça, da forma que lhe for possível, as questões abaixo formuladas.

- Como a maioria dos oficiais de sua unidade encara o atual panorama político-social, econômico e militar do Brasil?
- Mostram-se eles preocupados com o advento de graves acontecimentos?
- Já se organizaram contra alguma surpresa?
- Estão convencidos de que certos setores do governo alimentam o propósito de subverter as instituições sociais e políticas para implantar no Brasil um regime de feição comunista? (sindicalista, síndico-comunista, “nacionalista”, castrista ou mesmo fascistoide)?
- Caso positivo estariam dispostos a reagir?
- Em que circunstâncias, sob que condições?
- Terão a clara percepção de que a partir de certo momento já não será possível pensar em repressões com possibilidades de êxito? (Este aspecto exige judicioso julgamento).
- Que fatos ou circunstâncias poderiam configurar o momento exato para desencadear as ações repressivas?

- O fechamento de uma das Casas do Poder Legislativo?
- A prática de violências bem caracterizadas contra quaisquer ramos do Poder Judiciário?
- Assassinio ou comprovada tentativa de assassinio de notórios líderes democráticos – civis ou militares – com o evidente propósito de lançar a confusão e dela aproveitar-se para a deflagração do movimento?
- Desencadeamento de greves políticas de caráter generalizado, visivelmente insufladas e estimuladas por órgãos governamentais com o intuito de lançar o pânico e o temor, paralisar a vida das populações e sujeitá-las dessa forma à aceitação de um regime comunista, síndico-comunista, “nacionalista” ou fascistoide? (Uma greve geral poderá ser o toque de clarim da Revolução, são palavras do líder sindicalista Georges Sorel).
- Atribuição a unidades das Forças Armadas (Ex. Mar. e Aer.) de missões reconhecidamente inconstitucionais e cujo cumprimento, por parte desses elementos, poderia comprometer a eficiência material das corporações ou o conceito moral que ainda hoje desfrutam numa tentativa de solapar-lhes a coesão, o sentimento de confiança recíproca e os laços de solidariedade que entre elas deve existir?
- Entre tais missões deverão ser incluídos os movimentos de tropa de certo vulto, para diferentes pontos do território, desde que se tornem perceptíveis as intenções de hostilizar ou constranger frações de tropa que visivelmente se manifestem dispostas a não aceitar ordens ou missões caracterizadamente inconstitucionais?
- Provocações, insuflações de greves, violências ou pressões sobre os Poderes Legislativo ou Judiciário, através de notórios órgãos de agitação síndico-comunista, UNE, CGT, Fórum Sindical, PUA, Ligas Camponesas, FPN etc., com o propósito de ameaçá-los, constrangê-los e forçá-los à aceitação de deturpações da Constituição com a finalidade de conspurcar o regime social, proscrever o direito de propriedade, amputar as liberdades do Homem, desconfigurar o capítulo das inelegibilidades e, sobretudo, propiciar o advento da Ditadura Plebiscitária já anunciada por próceres esquerdistas?
- Intervenção inconstitucional em qualquer dos Estados da Federação com o intento de remover obstáculos que se oponham à deflagração da guerra revolucionária ou à comunização do país?

Obs – Em virtude das dificuldades que envolvem o julgamento ou a apreciação do instante exato em que uma decisão de tal responsabilidades e conseqüências tenha que ser tomada, julgamos conveniente submeter ao cuidadoso exame do prezado camarada o quesito a seguir:

- O momento exato para a tomada de uma decisão, e o conseqüente desencadeamento das ações democráticas repressivas, não deverá ficar a cargo de um chefe militar da mais alta reputação, apolítico, que desfrute elevado conceito nos círculos militares, e que seria imediatamente secundado por outros chefes também de elevado gabarito?

Obs – É necessário refletir maduramente, tomar com serenidade uma decisão firme, consciente e definitiva. Quanto mais unidos estivermos, mais fácil será a consecução dos objetivos finais. Seria de todo recomendável maior entrelaçamento com nossos camaradas da Marinha, Aeronáutica e polícias militares, aquartelados na mesma guarnição. Aproximações de família, reuniões sociais, encontros fortuitos, deveriam ser aproveitados para a troca de ideias, exame da situação, pondo-se em relevo a importância da unidade de vistas, de forma que, nos momentos de crise, possa haver confiança recíproca, ação uniforme, comunhão de ideias e atitudes.

Todos os esforços deverão ser envidados com a finalidade de atrair nossos irmãos de armas e entre eles ressaltar o efetivo auxílio que lhe puder ser prestado quando isso se tornar necessário. Particular atenção merece o quadro de sargentos.

É preciso que oficiais de todos os postos se desvelem na assistência e orientação a esses dedicados auxiliares, contrapondo-se com inteligência e habilidade às insidiosas campanhas de indisciplina, travestidas de “nacionalismo” e “reivindicações de classe”. E tudo isso deverá ser feito no mais salutar ambiente de legalidade.

Os exemplos, a doutrinação, o trato correto e circunspecto, que necessariamente não repele a suavidade e a tolerância, o senso de justiça, são os meios seguros de penetrar-lhes na alma, na consciência e no coração.

Anotações colhidas neste documento deverão ser condensadas em cadernos de folhas fixas, para que se não percam. Por mais inverossímil que pareça, a defesa das instituições e do regime terá de processar-se hoje de forma aparentemente clandestina, a fim de que sanções e transferências não venham recair sobre os militares corretos, limpos, anticomunistas, decididos ao cumprimento do dever na hora aprazada.

Fontes:

CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras, 2º vol. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

MENDONÇA, Daniel. O discurso militar da ordem: uma análise dos pronunciamentos militares durante o governo Goulart (1961-1964). In: Revista de Teoria Política, Teoria & Pesquisa, Vol. XVI - nº 01 - Jan/Jun de 2007.

SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe? Porto Alegre: L&PM, 1978.

#####

Reminiscências da Campanha do Paraguai

Vivaldo José Breternitz (*)

Com o título acima, o General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira escreveu um livro que relata suas experiências durante a Guerra do Paraguai.

O General Cerqueira, nascido em 1847, era filho de uma família abastada – seu pai era catedrático da Escola de Medicina de Salvador e era primo do poeta Castro Alves.

Estudava no Rio de Janeiro, quando em 1865, aos 17 anos, alistou-se voluntariamente no Exército, em função da guerra que estava se iniciando.

Participou da mesma até o final, tendo sido gravemente ferido e voltado à frente; recebeu diversas condecorações e citações – em Angostura, foi louvado por sua “excessiva coragem”. Terminou a guerra como tenente.

Matriculou-se na Escola Militar, foi promovido a capitão em 1872 e conquistou, em 1874, os títulos de engenheiro e bacharel em ciências e matemática; participou de importantes projetos, especialmente os ligados ao abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro.

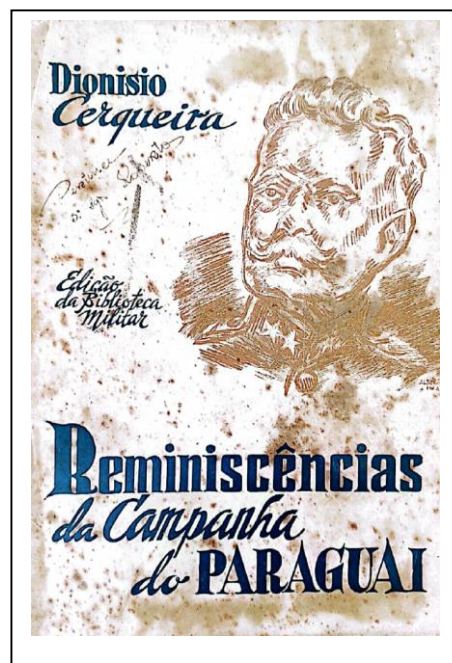
Participou também dos trabalhos que levaram à fixação definitiva de limites do Brasil com a Argentina e Venezuela.

Em 1890 foi eleito para o Congresso Constituinte, que elaborou a Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Quando em 3 de novembro seguinte, o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional, o então coronel Cerqueira em protesto contra tal ato e, embora estivesse prestes a ser promovido a general, pediu sua passagem para a reserva.

O marechal Deodoro, ignorando seu protesto, nomeou-o Quartel-Mestre General do Exército, cargo de extrema importância, ato ao qual respondeu reiterando o pedido de passagem para a reserva, tendo deixado o serviço ativo do Exército no posto de general de brigada.

Foi reeleito para a Câmara dos Deputados para a legislatura 1894- 1896, mas renunciou ao mandato em 1º de setembro de 1896, por ter sido nomeado pelo presidente Prudente de Moraes para o Ministério das Relações Exteriores; foi também, interinamente, ministro da Guerra e da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Apesar dessa rica biografia, pretendemos tratar aqui apenas de um episódio relatado pelo General Cerqueira no livro que dá título a este artigo: a ocupação de Assunção. Há uma edição atual do livro lançada pela Biblioteca do Exército – para elaboração deste texto, utilizamo-nos de uma edição de 1948, da antiga Biblioteca Militar – o livro mantém boa parte das expressões da época, tornando sua leitura muito interessante.



Assunção foi abandonada por quase toda a população e ocupada pelo Exército Brasileiro em 1 de janeiro de 1869 - comandava as tropas o general João de Souza da Fonseca Costa, irmão do futuro Marechal Deodoro da Fonseca.

O General Cerqueira, cuja unidade fazia parte das tropas de ocupação, conta que pouco a pouco foram voltando à cidade grupos de mulheres idosas que iam às suas casas, então ocupadas por militares brasileiros, e pediam para retirar um tijolo ou cavar um buraco, de onde tiravam panelas cheias de moedas.

A notícia se espalhou e muitos brasileiros passaram procurar por essas moedas – o General conta que um amigo seu viu quando um brasileiro, que chegou a general, percebeu que ao lavar o chão da casa em que vivia, a água desaparecia por um pequeno buraco no chão – cavou fundo ali e descobriu... um grande formigueiro...

Mais tarde começaram a chegar famílias compostas por mulheres, crianças e velhos, que estavam refugiados em povoados próximos, trazendo vida à cidade. Nas ruas, viam-se grupos de mulheres vendendo chipas (uma espécie de pão), frutas e ñandutí, uma renda tradicional paraguaia. Todas essas mulheres andavam descalças, mas ostentando grandes brincos e anéis. Eram acompanhadas por suas memby (crianças).

Comerciantes seguiam as tropas e logo em seguida, começaram ser abertos armazéns de comestíveis, bem sortidos, bilhares, hotéis e até lojas de modas!

Muitos dos oficiais não eram militares de carreira, eram estudantes voluntários que levaram para Assunção alguns de seus hábitos, entre os quais peças de teatro; como não havia atrizes, os papéis femininos eram desempenhados por “voluntários”, fazendo com que as encenações quase sempre terminassem em comédia. Segundo o General Cerqueira, esses “voluntários” eram os oficiais mais modernos, que manejavam leques como se fossem espadas e tinham “uma voz detestável, de galo novo ou taboca rachada”.

Mas havia outros divertimentos, sendo os preferidos os garitos, misto de cassino e salão de baile – essa expressão é usada pelo General provavelmente para não usar a palavra bordel...

Nesses locais era frequente a presença do Capitão João Francisco, dos Voluntários da Pátria, que era o chefe da polícia do exército na cidade. Esse Capitão era apaixonado pelo lasquetete, um jogo de cartas no qual muitos deixavam seus soldos.

O mais popular desses garitos pertencia a um tal de Franklin. Nele durante um baile, um oficial brasileiro e um argentino bateram-se em duelo, saindo ambos com ferimentos leves.

Pouco depois a campanha foi retomada com vigor, e o General Cerqueira saiu de Assunção e participou de diversas batalhas até o final da guerra. Voltou ao Brasil em maio de 1870, seguindo sua carreira como dissemos anteriormente, tendo em 1908, por ato do Congresso Nacional, retornado ao serviço ativo do Exército e nomeado subchefe do Estado-Maior.

Em 1909, foi nomeado pelo governo da União para dirigir uma comissão militar, razão pela qual viajou para a França em dezembro daquele ano, tendo falecido em Paris em 16 de fevereiro de 1910, no desempenho de sua missão.

(*) Vivaldo José Breternitz, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor da FATEC SP, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitz@gmail.com.



1964 começa em 1937

Hélio Silva

Fonte: SILVA, Hélio. 1964 – Vinte Anos de Golpe Militar. Porto Alegre: L&PM, 1985.

A decisão, tomada pelos generais, na reunião havida no Gabinete do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, a 10 de novembro de 1937¹, não é um fato isolado e, se for considerado como tal, fica sem sentido o movimento militar de 31 de março de 1964.

¹ Nota do Editor: Estado Novo.

O militar segue uma linha vertical — a hierarquia — e outra horizontal — a disciplina. Sem a observância rigorosa desses dois princípios não pode existir, menos ainda subsistir, uma força militar.

A tomada de posição dos chefes militares podia não refletir um consenso na tropa.

Mas tropa não discute uma ordem de comando. E a decisão dos chefes militares era uma ordem de comando.

Eles consideravam ameaçadas as instituições republicanas que fundaram.

A malograda revolta vermelha de 1935² lhes dera o motivo para combater o inimigo atual: o comunismo.

Criara-se a mística do combate ao comunismo, que encontraria o seu campo de expansão com a Segunda Guerra Mundial.

Não importou que a URSS pagasse o maior tributo de sangue, travando a poderosa ofensiva contra a Wehrmacht, com montões de cadáveres de jovens russos.

A história da Segunda Guerra Mundial ainda está para ser escrita com as suas verdades inconvenientes.

Pouco se disse da influência decisiva do Brasil e da atuação de Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, assegurando as escalas em nossos portos e aeroportos para que os Estados Unidos pudessem cobrir a longa travessia atlântica e, assim, fornecer à Inglaterra, exaurida pelo desastre de Dunquerque, os suprimentos raspados dos arsenais e estaleiros americanos.

Sem o Brasil e o seu grande chanceler, não teria sido possível garantir a unidade continental, assegurando à grande República do Norte a retaguarda livre das ameaças da "quinta coluna", tocada na Argentina, no Chile e no Sul do Brasil³.

O Estado Novo foi o reflexo histórico da fase de autoritarismo de que padeceu, se é que ainda não padece, o mundo.

Paradoxalmente, o Brasil, que se tornara também um Estado totalitário, esverdeando a camisa parda do nazismo e a túnica verde do fascismo, no integralismo, formou ao lado das nações democráticas.

Também, na confusão geral, a URSS aliou-se à Alemanha para partilhar a Polônia e, depois, invadida pelos soldados de Hitler, formou com as democracias e conquistou as ruínas de Berlim, cuja metade ainda mantém com a República Oriental Alemã⁴.

O Brasil teve de trocar a camisa das falanges totalitárias pelo paletó democrático, a fim de poder tomar parte na Conferência da Paz.

A transição fez-se, como se vem tornando tradição em nossa terra, com um pronunciamento militar e sem derramamento de sangue.

Desta vez, não era um Imperador banido que embarcava de madrugada em um pequeno navio, zarpando para Lisboa, nem um presidente que saía do Catete ao lado de um Cardeal.

Getúlio Vargas usou um meio de transporte mais atual, o avião. Recolheu-se à sua estância de São Borja, onde o povo iria elegê-lo senador por dois estados e deputado por oito ou nove, em 1946.

Para voltar, "nos braços do povo", àquele mesmo Palácio do Catete, que guardaria a sua câmara mortuária, transformado, depois, em Museu da República.

À deposição de Vargas sucedeu o governo de um militar — o general Eurico Gaspar Dutra — vitorioso na disputa, com outro militar, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Era a permanência do poder militar no poder, na afirmação da doutrina seguida ainda hoje.

@@

HISTÓRIA MILITAR E INTERDISCIPLINARIEDADE

Willian Spengler**

É comum afirmar que os escritos históricos surgiram como uma forma de registro e investigação das guerras do período clássico, com Heródoto, Tucídides e Xenofonte, por exemplo.

² Intentona Comunista.

³ Ver o livro do Chefe de Polícia do Estado do RS: PY, Aurélio da Silva, Tenente-Coronel. A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

⁴ A reunificação da Alemanha foi em 1990.

Passando pela Idade Média e chegando ao período moderno, a disciplina histórica emergiu como campo científico e desempenhou, sobretudo no século XIX, uma importante função política e social no contexto dos processos de consolidação dos Estados-Nacionais.

Até o início do processo de renovação historiográfica proporcionado pela Escola dos *Annales*, a disciplina histórica baseava-se na concepção teórica de que os acontecimentos possuíam origens individuais, merecendo registro os eventos memoráveis e simbólicos, com o uso de fontes oficiais e a busca de uma “verdade” histórica.

Nesse sentido, a História Militar, até então dedicada aos escritos factuais acerca dos aspectos políticos e diplomáticos das guerras, com detalhamento de batalhas, manobras, estratégias e destacando os grandes vultos, perde espaço na academia, frente à concepção de uma história total.

No entendimento de Soares e Vainfas (2012), essa marginalização da temática militar na história deixou a cargo dos militares escreverem uma “segunda versão” da *velha História Militar*.

Tal produção, sobretudo aquela realizada de forma institucionalizada após a Segunda Grande Guerra, foi pensada para servir de objeto pedagógico na formação profissional de soldados e no aprimoramento dos comandantes militares.

Entretanto, os paradigmas da chamada “Nova História” proporcionaram mudanças na produção historiográfica de forma geral, possibilitando aos temas militares da “História Tradicional” uma renovação de suas pesquisas, por meio da interdisciplinaridade com outras ciências sociais e humanas, bem como com a apuração e ampliação dos objetos, fontes e abordagens.

Uma implicação óbvia de uma definição tão ampla é que muitos trabalhos da História Militar também podem ser classificados de várias formas como história política, econômica, institucional, intelectual, social ou cultural.

Segundo Morillo e Pavkovic (2013), de fato, a melhor história, militar ou não, necessariamente atravessa muitas dessas fronteiras acadêmicas abstratas, a fim de apresentar uma visão tão rica e ampla quanto possível do passado.

Na prática, a História Militar se beneficiou de avanços e percepções metodológicas derivadas de outros subcampos da história, bem como de campos acadêmicos separados, mas relacionados, como antropologia, sociologia e crítica literária.

Para além da chamada “*histoire-bataille*”, a multifacetada História Militar pode forjar novas direções de pesquisa e promover novas interpretações de antigas questões – focar assuntos tradicionais com metodologias novas –, retirando os fatos militares do plano do eventual, do simples acontecimento.

Ademais, Marcos Sanches (2010) ressalta que a guerra não é uma categoria universal e atemporal, bem como “o campo da história militar não se esgota na guerra, que só pode ser compreendida numa perspectiva plural de relações circulares”, das quais fariam parte a demografia, a economia e as motivações psicossociológicas, por exemplo.

Para este autor, a “nova” história militar é profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, inúmeras áreas do saber, sem as quais não seria possível dar conta da amplitude das questões tratadas.

A partir da ampliação dos objetos de pesquisa, a incorporação de outras fontes e possibilidades outras para os acervos até então utilizados, a História Militar permite pensar a partir de vieses múltiplos, “emprestados” das diversas bases teóricas das outras ciências.

Desta forma, múltiplas lentes poderiam ser aplicadas aos estudos de História Militar, como a social, a cultural, a tecnológica, a econômica, a religiosa, entre outras.

Luiz Moreira (2012) relata que na Inglaterra, por exemplo, John Keegan trouxe grandes contribuições à interdisciplinaridade da História Militar por intermédio da introdução de métodos da sociologia ao estudo da guerra, “analisando não só a experiência do combate, mas também o comportamento psicossociológico do combatente”.

Diferente dos relatos de batalhas tradicionais, sua atenção se concentra nos protagonistas da refrega e seus sentimentos de camaradagem, excitação, medo, angústia e sofrimento.

Fernando Pedrosa (2011) registra que Keegan também dedicou sua análise ao uso das armas e equipamentos, bem como aos efeitos dos armamentos nas lesões sofridas pelos combatentes; além da execução de manobras e suas dificuldades, em face da realidade do terreno e das condições climáticas – “lama, poeira, frio, calor, terreno acidentado e outros fatores que reduzem ações supostamente heroicas a

homens atolados, esgotados, dispersos e desorientados no campo de batalha” – uma “nova história da batalha”.

Destarte, Moreira assevera que “não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais”.

Paulo Parente (2009) apresenta numerosos campos de estudo da História Militar, proporcionados a partir da interdisciplinaridade com outros saberes, tais como a pesquisa da cultura legal e judicial na esfera militar e suas interfaces; as experiências pessoais dos soldados e sua vida cotidiana em tempos de paz ou durante experiências de combate; o estudo da história social de gênero nas Forças Armadas; os “esquecimentos”, os tabus, o que não é dito nas casernas.

Nuno Teixeira (1991) comenta que interdisciplinaridade da História Militar significa não só o aprofundamento de alguns temas tradicionais, mas, sobretudo, o deslocamento do centro de interesses no domínio estritamente militar, da estratégia e das operações táticas para a logística, a medicina militar e, sobretudo, a experiência do combate – o moral do combatente, os movimentos de dissidência, os motins e a deserção, a experiência do cativo de guerra; por outro lado, “o estudo da *frente interna*, isto é, da sociedade em guerra – da mobilização industrial à organização da propaganda, do crescimento do Estado à opinião pública, do recrutamento militar à fabricação da memória e à construção dos mitos”.

Em síntese, servindo-se do caráter interdisciplinar de seu campo epistemológico, a História Militar consolida-se como uma área de pesquisa plural e polifônica, engendrando diálogos e pontos em comum com a Ciência Política, a Geografia, a Sociologia, a Estratégia, a Geopolítica, a Antropologia, a Economia, o Direito e as Relações Internacionais, dentre outros ramos do conhecimento.

**Professor/historiador militar vinculado à SED/SC, 1º Ten Inf R/2 EB.

Referências:

- CASTRO, Celso, IZECHSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *Os múltiplos olhares sobre a história militar*. In: **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 16, n. 3, set./dez. 2012.
- MORILLO, Stephen; PAVKOVIC, Michael F. **What is Military History?** 2nd ed. Cambridge: Polity, 2013.
- PARENTE, Pedro André Leira. *A construção de uma nova História Militar*. In: **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, ano I, ed. especial de lançamento, dez. 2009.
- PEDROSA, Fernando Velozo Gomes. *A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”*. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais...** São Paulo, jul. 2011.
- SANCHES, Marcos Guimarães. *A Guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira*. In: **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, abr. 2010.
- SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. *A história militar e a historiografia contemporânea*. In: **Nação e Defesa**, Lisboa, ano XVI, n. 59, 1991.

#####

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS
(lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

- Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com - Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historiapatriota.blogspot.com/>